

## Uma análise dos determinantes da reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros em 2016

Vitor de Moraes Peixoto<sup>1</sup>

João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal<sup>2</sup>

Renato Barreto de Souza<sup>3</sup>

Matheus Virginio Harduim Machado<sup>4</sup>

86

**Resumo:** O artigo analisa a reeleição de prefeitos no Brasil. Tem como objetivo principal compreender os determinantes do resultado eleitoral daqueles que almejavam à reeleição em 2016. O fenômeno é explorado a partir de três dimensões analíticas: (1) os aspectos do desempenho administrativo; (2) do contexto municipal (político, econômico e demográfico); e (3) características individuais dos candidatos à reeleição. Para investigar o efeito multivariável dos três agrupamentos (as variáveis independentes) sobre a reeleição dos prefeitos em 2016 (a variável dependente) optou-se pela técnica de regressão logística da família binomial. Os resultados indicam que os aspectos que mais impactam as chances de reeleição são aqueles relacionados às dimensões política e sociodemográfica do município.

**Palavras-chave:** Eleições Municipais; Reelection; Competição Eleitoral; Políticas Públicas.

<sup>1</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6618-3311>. E-mail: [moraespeixoto@gmail.com](mailto:moraespeixoto@gmail.com).

<sup>2</sup> Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4851-1435>. E-mail: [jgabrielrpl@gmail.com](mailto:jgabrielrpl@gmail.com).

<sup>3</sup> Instituto Federal Fluminense (IFF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3748-9404>. E-mail: [renatobs@gmail.com](mailto:renatobs@gmail.com).

<sup>4</sup> Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1330-4228>. E-mail: [mattharduim@gmail.com](mailto:mattharduim@gmail.com).

## 1. Introdução

O artigo analisa a reeleição de prefeitos no Brasil, um fenômeno político do poder local relativamente novo na atual experiência democrática nacional. Sua instituição se deu pela Emenda à constituição número 16 promulgada em quatro de julho de 1997. A referida Emenda modificou uma longa tradição republicana que sempre proibiu reeleição de Presidente da República e trouxe de volta a reeleição de governadores (Presidentes de província) e intendentess (prefeitos), que eram permitidos na República Velha.

O instituto da reeleição pode ser considerado como uma oportunidade de aperfeiçoamento da democracia na medida em que promove estímulos para a responsabilização tanto sobre os eleitores quanto sobre os agentes públicos eletivos, a chamada *accountability* vertical. A este respeito, Manin, Przeworski e Stokes (2016) enfrentam este problema teórico ao inserirem a possibilidade de reeleição (e a pretensão do mandatário em ser reeleito) como uma das condições para a existência da representação por mandato<sup>5</sup>.

87

Em tese, com a possibilidade de reeleição o eleitor tenderia a adquirir a chance de punir ou premiar os gestores públicos realizando uma avaliação retrospectiva sobre o desempenho do governante ao longo do seu mandato. Caso tenha uma avaliação positiva pode votar pela reeleição ou preferir a oposição em caso de reprovação da atuação do mandatário. Haveria, portanto, um estímulo para o eleitor responsabilizar os governantes e incrementar sua capacidade de avaliar os gestores públicos podendo aumentar sua eficiência na seleção dos melhores políticos.

Do ponto de vista dos incentivos aos gestores públicos, o instituto da reeleição pode servir de estímulo para realização de um mandato mais afinado com as preferências do eleitorado na medida em que, desse modo, eles terão mais chances de obter uma avaliação positiva dos governados e assim conquistar os votos necessários para obter o mandato consecutivo. Por outro lado, efeitos perversos podem ocorrer quando os mandatários, por receio a punições eleitorais, deixam de adotar medidas impopulares e são impelidos a tomarem ações irresponsáveis e

---

<sup>5</sup> Para Manin, Przeworski e Stokes (2016, p. 107) a representação por mandato ocorre "se os partidos verdadeiramente informarem os eleitores sobre suas intenções e se a realização dessas intenções é o melhor para os eleitores sobre as circunstâncias dadas".

míopes com vistas à reeleição. Exemplos desse comportamento foram abundantes na pandemia da COVID-19, na qual houve a necessidade de medidas restritivas de isolamento e os prefeitos capitularam diante dos possíveis prejuízos eleitorais em 2020.

Nos últimos vinte quatro anos ocorreram seis eleições municipais desde que a reeleição foi instituída (2000; 2004; 2008; 2012; 2016 e 2020). Nesses pleitos o mandatário possuía a possibilidade de se candidatar a mais um mandato consecutivamente. Desde então, pesquisadores, sobretudo da Economia e da Ciência Política, identificam problemáticas relacionadas direta ou indiretamente à reeleição no âmbito municipal. De maneira geral, a reeleição de prefeitos aparece às vezes como a questão a ser explicada (BARRETO, 2009), outras como um fator que ajuda a entender demais aspectos da realidade política e social (KLEIN, 2010).

88 A produção acadêmica que se debruça sobre o tema pode ser organizada em três blocos. O primeiro caracteriza-se por trabalhos interessados nos efeitos eleitorais da possibilidade de renovação do cargo, os quais descrevem o fenômeno e avaliam seu impacto sobre a competição política (AFONSO e ARAÚJO, 2000; CAVALCANTE, 2015; DA SILVA CONCEIÇÃO, 2015). Outros evocam os efeitos dos incentivos da reeleição sobre atos ilícitos dos chefes do executivo municipal (CAVALCANTE, 2016; MARCINIUK e BUGARIN, 2019; SAKURAI e MENEZES FILHO, 2007). Já o terceiro bloco, investiga as decorrências governamentais da reeleição a partir da análise do comportamento dos gestores públicos, buscando identificar impactos da renovação do mandato nas contas públicas (FERRAZ e FINAN, 2007; PEREIRA e MELO, 2015).

Este artigo se enquadra na primeira dimensão referida a partir da análise das tentativas de se obter um segundo mandato nas eleições de 2016. Pretende-se responder a seguinte pergunta: quais fatores impactaram as chances de reeleição dos prefeitos? Neste sentido, o objetivo é compreender os determinantes do resultado eleitoral daqueles que buscaram renovar seus mandatos em 2016.

O trabalho possui uma perspectiva explicativa em que a reeleição é explorada por meio de três dimensões analíticas. Procura-se compreender se e como o desempenho administrativo, a realidade municipal (contextos político, econômico e demográfico) e as características individuais dos prefeitos afetam a probabilidade do sucesso eleitoral. Tenta-se, assim, romper com a dicotomia presente nos estudos

na área que apresentam uma certa divisão entre pesquisas que mobilizam variáveis econômicas, e pesquisas focadas nas variáveis institucionais. Acredita-se que um mesmo estudo pode mobilizar estes dois tipos de informações e assim perseguir uma explicação mais completa sobre o fenômeno da reeleição dos mandatários locais.

O desenho de pesquisa utiliza os municípios como unidades de análise e este ponto é justificado pelas prefeituras possuírem responsabilidades fundamentais devido à conjuntura federativa descentralizada adotada no país, sobretudo no que se refere à provisão de políticas públicas (SOUZA, 2004). Portanto, a análise concentra esforços na dinâmica entre o remanejo de políticas públicas municipais no primeiro mandato e a premiação ou punição dos prefeitos na tentativa de um segundo mandato. Neste contexto, é verificado o empenho financeiro dos prefeitos no gasto com saúde e educação entre 2012 e 2016, o nível de competição eleitoral local, como também a variação percentual do número de empregos formais no município entre o primeiro e o último ano de governo - ou seja, são analisadas variáveis da dimensão política.

89

Este desenho de pesquisa possui a vantagem do grande número de casos, já que existem 5.568 municípios onde as eleições ocorrem no mesmo dia, porém exige cuidados analíticos, posto que os municípios são caracterizados por muita heterogeneidade social, fiscal e capacidade burocrática (ALKMIM, 2018, p. 22). Neste sentido, a pesquisa pretende identificar se aspectos políticos e sociodemográficos dos municípios interferem no sucesso eleitoral do candidato ao segundo mandato. Na dimensão sociodemográfica são examinados o PIB municipal *per capita* em 2016, a região do município, se o mesmo compõe uma região metropolitana, índice de desenvolvimento humano (IDHM) na dimensão da escolaridade, a sua capacidade de arrecadação própria, o porte populacional.

Estudos apontam que características individuais exercem influência no resultado obtido pelos candidatos à prefeitura, da mesma forma que a estratégia adotada pelos partidos políticos ao longo da campanha. Neste sentido, investiga-se se há um relacionamento entre características individuais do candidato à reeleição e o resultado nas urnas conquistado por ele. Considerando essa perspectiva, utiliza-se três variáveis, notadamente pertencente à dimensão individual: o partido político, o nível de escolaridade e o sexo do prefeito candidato.

Além desta introdução, o trabalho contém seis seções. A próxima aborda o debate teórico em torno do fenômeno estudado, a terceira apresenta o modelo analítico utilizado para compreender o objeto, e a quarta constata o desempenho dos candidatos à reeleição em 2016. A quinta seção analisa os fatores explicativos da reeleição dos prefeitos. Por fim, a sexta aborda as conclusões do trabalho, enquanto a última apresenta as referências bibliográficas.

## **2. Teorias sobre a reeleição de prefeitos**

O artigo classifica a literatura sobre reeleição de prefeitos em três grandes blocos<sup>6</sup>. O primeiro é formado por trabalhos interessados nos efeitos eleitorais do fenômeno que descrevem e avaliam seu impacto sobre a competição partidária. O segundo consiste em análises acerca dos efeitos governamentais, ou seja, analisa os incentivos sobre o comportamento dos gestores públicos e procura identificar impactos sobre as contas públicas. Já o terceiro evoca os efeitos dos incentivos criados pelo instituto da reeleição para o cometimento de atos ilícitos do chefe do executivo municipal. Na sequência são especificados cada um destes três blocos no intuito de delimitar o campo no qual este artigo se localiza.

### **2.1. Impactos da reeleição sobre a competição política**

Embora esses estudos realizem diferentes recortes temporais, opções metodológicas e seleção de variáveis, convergem com relação ao favoritismo do prefeito sobre os demais candidatos na busca por sua reeleição, ou seja, o “efeito *incumbent*”.

As eleições ocorridas em 2008 foram alvo de quatro estudos sobre a reeleição. Oliveira e Santos (2009) analisam o pleito em sete capitais e afirmam que a boa avaliação do prefeito importa, mas outras variáveis relacionadas ao perfil dos candidatos em disputa devem ser mobilizadas para explicar a reeleição dos chefes dos executivos locais. Veiga, Santos e Neves (2011) avaliaram eleições em oito capitais e, a exemplo do texto anterior, reafirmam a correlação positiva entre boa avaliação do governo e probabilidade de reeleição, acrescentando que prefeitos bem

---

<sup>6</sup> Esta classificação tem o objetivo de sistematizar a literatura sobre o tema, mas não tem a pretensão de serem categorias excludentes nem exaustivas, posto que um mesmo trabalho pode conter características de dois ou dos três grupos.

avaliados tendem a formar coligações maiores e estas, por sua vez, garantem maior tempo de propaganda na televisão aumentando as chances de reeleição. Deliberador e Komata (2010) estudaram as disputas nas capitais brasileiras e em 15 municípios da região oeste de São Paulo. No estudo, os autores encontraram elevados índices de sucesso dos candidatos à reeleição – acima de 90% para as capitais e de 80% para as cidades do oeste de São Paulo.

Barreto (2014) analisou quatro eleições municipais de 2000 a 2012 em todos os municípios do país. O autor promove duas investigações, uma com o partido e a outra com o candidato a prefeito como unidade de análise. Segundo os resultados de sua pesquisa, em média 61% dos partidos no poder lançam candidatos à reeleição e obtêm 61,6% de vitórias. Já entre os prefeitos, 70% optaram por concorrer a um novo mandato e 60,6% venceram o pleito.

91 No entanto, o favoritismo dos prefeitos na competição eleitoral foi questionado por estudos que afirmam o contrário: há no país uma desvantagem dos chefes dos executivos locais na disputa pela renovação dos seus mandatos. São textos que não descrevem ou explicam o fenômeno da reeleição. Seu objetivo central é testar o “efeito *incumbent*”, optando por diferentes seleções de municípios, mas mantendo em comum o uso da técnica da regressão descontínua na análise dos dados eleitorais. Como resultado, cinco desses estudos encontraram desvantagens para os prefeitos que postulavam a reeleição (ARAUJO JÚNIOR e PIRES, 2020; BRAMBOR e CENEVIVA, 2012; KLAŠNJA e TITIUNIK, 2017; MOREIRA, 2012; TITIUNIK, 2009), e, com achados em sentido inverso, Magalhães (2012) apontou as vantagens dos chefes dos executivos locais para renovar seus mandatos.

A despeito desta divergência sobre o “efeito *incumbent*”, há um outro elemento comum nesses trabalhos que é o teste dos impactos das políticas públicas sobre as chances de sucesso dos candidatos à reeleição. Cavalcante (2015) selecionou 2.900 municípios do país para os quais elegeu nove variáveis, objetivando relacioná-las com a probabilidade de reeleição. Segundo o autor, a competição eleitoral e a participação na coalizão do presidente não aumentam as chances de reeleição do prefeito. Por outro lado, a margem de votos sobre o segundo colocado na eleição anterior e participação na coalizão do governador elevam as chances de reeleição. O autor conclui com base no Índice Firjan de Gestão Fiscal, que o eleitor premia com reeleição o prefeito que adota boa gestão das contas públicas.

Por sua vez, os trabalhos de Mendes e Rocha (2004a) e de Cavalcante (2016) testaram os impactos dos resultados de políticas públicas de saúde e educação bem como os gastos sociais e não encontraram efeitos sobre as chances de reeleição.

## 2.2. Ciclos econômicos eleitorais e reeleição

O segundo grande grupo de estudos foi realizado principalmente por economistas que inauguraram a linha de pesquisa sobre reeleição de prefeitos no Brasil. Em linhas gerais, esses autores procuraram identificar correlações entre as características dos municípios, as políticas públicas locais e a reeleição dos prefeitos, tendo como referencial o teste da teoria dos ciclos econômicos eleitorais<sup>7</sup> mobilizando para isso um grande número de variáveis nas quais se destacam as análises das contas públicas, especialmente a política fiscal (CAVALCANTE, 2016; DE ARAUJO JUNIOR, CANÇADO e SHIKIDA, 2005; KLEIN, 2010; MARCINIUK e BUGARIN, 2019; MENDES e ROCHA, 2004a, 2004b; MENEGUIN, BUGARIN e CARVALHO, 2005; SAKURAI, 2005; SAKURAI e MENEZES FILHO, 2007).

92

Os testes da teoria dos ciclos econômicos realizados por esses estudos exibiram uma clara discordância: de um lado, aqueles que confirmam a teoria acentuando que prefeitos aumentam gastos em anos eleitorais (KLEIN, 2010; MENDES e ROCHA, 2004a; SAKURAI, 2005); de outro, autores que negam esse efeito da reeleição sobre os gastos públicos (MARCINIUK e BUGARIN, 2019; MENEGUIN e BUGARIN, 2001; MENEGUIN, BUGARIN e CARVALHO, 2005; SAKURAI, 2005).

As pesquisas de Fernandes e Fernandes (2017) e Novaes e Schiumerini (2015) merecem destaque nesse grupo, pois focam na análise de indicadores econômicos e em sua relação com a reeleição, adotando desenhos de pesquisa inovadores para essa temática. Estudando as eleições municipais e presidenciais ocorridas entre 2000 e 2010, Fernandes e Fernandes (2017) medem se a expansão do PIB municipal real no último ano de mandato impacta na reeleição dos prefeitos ou de seus candidatos. Segundo eles, os dados revelaram uma “relação firme” entre o crescimento econômico local e a votação do *incumbent*. Porém “o efeito do crescimento sobre a votação do *incumbent* é maior justamente nos municípios com menor economia” (FERNANDES e FERNANDES, 2017, p. 671).

---

<sup>7</sup> Para a teoria, fatores políticos influenciam o comportamento das variáveis econômicas. Os autores basicamente sustentam que um governante possui fortes estímulos para alterar sua política econômica em anos eleitorais, visando aumentar a probabilidade de reeleição.

Novaes e Schiumerini (2015) buscaram aferir a capacidade do eleitor em separar os efeitos de políticas públicas locais das variações dos preços de *commodities* que impactam a economia dos municípios, cuja variação não pode ser explicada pela intervenção do poder executivo local. Nos municípios rurais onde a agricultura representa grande percentual da economia local e onde as eleições anteriores foram vencidas por margem de 1% ou menos dos votos, os autores encontraram forte efeito da variação dos preços de *commodities* sobre a probabilidade de reeleição do prefeito. Logo, os eleitores não sabem separar sinais exógenos e sinais endógenos, conferindo vantagens e desvantagens aos *incumbents* baseados em resultados fora de seu controle.

Existe uma série de efeitos de alinhamento entre governos federais e estaduais que são testados simultaneamente ao interesse primário nos ciclos econômicos. Por exemplo, alguns autores afirmam que pertencer ao mesmo partido do presidente da república aumenta as chances de reeleição (DE ARAUJO JUNIOR, CANÇADO e SHIKIDA, 2005; MENDES e ROCHA, 2004b; MENEGUIN, BUGARIN e CARVALHO, 2005), o mesmo ocorrendo em relação ao caso de pertencimento ao mesmo partido do governador (DE ARAUJO JUNIOR, CANÇADO e SHIKIDA, 2005; DE FIGUEIREDO SILVA e BRAGA, 2013).

93

### **2.3. Os crimes dos prefeitos compensam?**

Por fim, o terceiro grupo de estudos sobre reeleição de prefeitos investigam os impactos dos atos ilícitos dos chefes dos executivos locais sobre suas chances de reeleição. Os três primeiros estudos analisaram dados do “Programa de Fiscalização de Municípios por Sorteios Públicos”, promovido pela Controladoria Geral da República (CGU), que, entre 2003 e 2015, enviou equipes de auditores aos municípios encarregados de averiguar as contas locais, realizar inspeção física das obras e serviços custeados com verba federal (FERRAZ e FINAN, 2007; BATISTA, 2013; BALTAZAR e RAMOS, 2020).

Ferraz e Finan (2007) procuraram testar o chamado “*the incumbent behavior model*”, segundo o qual a possibilidade de reeleição incentiva políticos a alinhar suas preferências com as dos cidadãos, desestimulando práticas de desvios de recursos públicos e reduzindo a probabilidade de *incumbents* praticarem atos ilícitos. Os autores pesquisaram 486 relatórios produzidos pela CGU até 2004 e



testaram se a possibilidade de reeleição afeta o nível de recursos desviados comparando o desempenho dos prefeitos com o dos prefeitos que não podem mais se reeleger. Os autores concluem que, em média, a parcela de recursos desviados é 57% maior em municípios onde prefeitos não se recandidatam.

Mariana Batista (2013) investigou as relações entre corrupção e reeleição de prefeitos também usando dados das auditorias feitas pela CGU entre 2003 e 2004 realizadas em 710 municípios. Os resultados corroboram com as proposições de Ferraz e Finan (2007). De acordo com Batista, "espera-se que prefeitos em segundo mandato cometam dois casos de corrupção a mais do que prefeitos em primeiro mandato" (BATISTA, 2013, p. 102).

Essas conclusões são contestadas por dois estudos baseados em análises de dados das auditorias realizadas entre 1997 e 2004 pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco nos 184 municípios que integram o estado (PEREIRA e MELO, 2015; FIGUEIREDO, 2009). Segundo estes trabalhos, as premissas do "*Incumbent behavior model*" não se confirmaram, ocorrendo exatamente o contrário do que prevê a teoria, posto que os ganhos eleitorais dos atos de desvio e a baixa probabilidade de detecção podem estimular prefeitos a cometê-los. Além disso, políticos descobertos em práticas corruptas têm incentivos para concorrer à reeleição, a fim de obter as vantagens que o poder confere na redução das chances de punição. Cria-se um círculo vicioso em que a reeleição almejada pode induzir mais corrupção. Ademais, perder a disputa eleitoral pode levar ao poder adversários interessados em retaliações.

94

### 3. O modelo analítico

Após a contextualização das questões discutidas em torno do tema, o foco se volta para a estratégia adotada para alcançar o objetivo proposto no artigo. O trabalho conta com um processo metodológico quantitativo e analisa a reeleição nas eleições municipais de 2016 como variável dependente.

As eleições de 2016 foram escolhidas por quatro motivos: (1) foram as eleições em que houve a maior taxa de desistência dos mandatários que poderiam tentar a reeleição, sendo que aproximadamente 37% dos prefeitos em primeiro mandato não tentaram renovar os seus mandatos; (2) do total dos que concorreram,

a taxa de reeleição foi a mais baixa da recente história das eleições municipais, já que apenas cerca de 47% se reelegeram; (3) havia um contexto de crise econômica e um ambiente antipolítica e, por fim, (4) a existência dos dados disponíveis sobre gastos e emprego nos municípios para o período completo do governo que terminou em 2016.

A variável dependente é binária e identifica se o candidato à reeleição obteve sucesso eleitoral: o número 0 aponta o fracasso, enquanto o número 1 aponta para a vitória. O quadro 1 apresenta como que as variáveis vinculadas à dimensão individual, à realidade local e à gestão foram operacionalizadas:

**Quadro 1.** Operacionalização das variáveis dependente e independentes incorporadas na análise

	<b>Informação</b>	<b>Fontes</b>
<b>Variável Dependente</b>		
Reeleição dos prefeitos em 2016	Indica se o candidato à reeleição conseguiu se reeleger.	TSE
<b>Variáveis Independentes</b>		
<i>Aspectos Individuais</i>		
Partido político	Partido Político do candidato a reeleição. 0 para os não reeleitos e 1 para os reeleitos. A variável destaca os 10 partidos que conquistaram o maior número de prefeituras em cada eleição, os demais partidos políticos entram em uma categoria chamada outros.	TSE
Escolaridade	Se o candidato à reeleição possui ensino superior.	TSE
Sexo	Se o candidato à reeleição declarou ser do sexo feminino.	TSE
<i>Aspecto político e Sociodemográficos</i>		
PIB <i>per capita</i> em 2016	O PIB municipal per capita em 2016.	IBGE
Região Metropolitana	Indica se o município integra alguma região metropolitana.	IBGE
NEP	Número Efetivo de Partidos na disputa eleitoral de prefeitos em 2016.	IBGE
Capacidade de arrecadação municipal	A Média do percentual de arrecadação municipal advinda de impostos municipais entre 2013 e 2016.	DATA-SUS
IDHM dimensão da Escolaridade	Índice de Desenvolvimento Humano na dimensão da escolaridade.	IPEA
Região	Indica a região do município, segundo a divisão regional do IBGE.	IBGE
Porte populacional do município	Classifica os municípios em sete categorias de porte populacional: até 5 mil hab; entre 5 e 10 mil hab; entre 10 e 20 mil hab; entre 20 e 50 mil hab; entre 50 e 100 mil hab; mais de 100.000 mil hab.	IBGE
<i>Aspectos da Gestão</i>		
Despesas totais com saúde <i>per capita</i>	Média de despesa total em saúde por habitante entre 2013 e 2016.	SIOPS
Gastos municipais com educação por aluno matriculado no Ensino Fundamental, Creches e Pré-Escolas	Média do referido gasto entre 2013 e 2016.	FINBRA
Variação % de empregos	Variação percentual do número de vínculos empregatícios em 2013 em comparação ao número de vínculos empregatícios em 2016.	IBGE

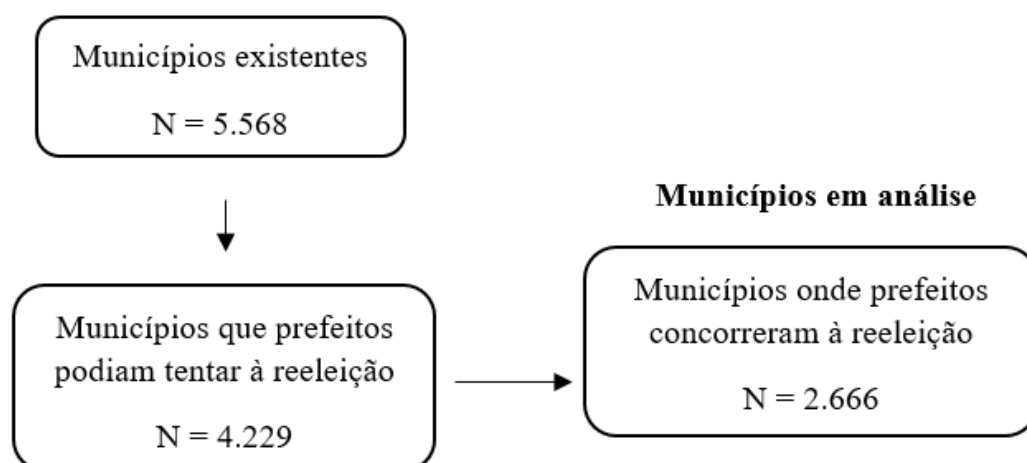
**Fonte:** Elaboração dos autores.

Os prefeitos que buscaram a reeleição em 2016 foram eleitos em 2012, por isso os dados coletados vão de 2013 ao ano de 2016, período correspondente ao ciclo eleitoral de atuação dos mesmos. Todas as informações financeiras relacionadas à gestão e o PIB *per capita* de 2016 foram deflacionados segundo o IPCA/IBGE, tendo como base a data de 1º de janeiro de 2021. As informações foram agrupadas em um único banco de dados, construído e manuseado a partir da utilização do software R. Para analisar o efeito multivariável dos três agrupamentos escolhidos (as variáveis independentes) sobre a reeleição dos prefeitos (a variável dependente) optou-se pela técnica de regressão logística da família binomial.

O artigo conta com a análise de 2.666 prefeituras<sup>8</sup>, o que representa todas aquelas em que os prefeitos poderiam tentar um segundo mandato nas eleições de 2016 e assim o fizeram.

**Figura 01.** Municípios analisados

97



**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE.

#### 4. O desempenho dos candidatos à reeleição em 2016

Esta seção apresenta uma análise descritiva do desempenho eleitoral daqueles que buscavam o segundo mandato nas eleições de 2016. Segue-se a mesma linha intelectual adotada em Barreto (2014) e Souza et al. (2020), que descreveram

<sup>8</sup> As características populacionais e regionais das prefeituras analisadas encontram-se no anexo 1 e 2 do trabalho.

o padrão dos resultados dos mandatários que tinham a alternativa de tentar a reeleição.

Nesta eleição, encontrou-se um número expressivo de prefeitos que poderiam tentar a reeleição e optaram por não se lançarem em uma nova disputa. Este fato chama a atenção visto que 37% não utilizaram a opção institucional de tentar renovar os seus mandatos. A não participação na disputa pela reeleição pode ter diversas causas, como inelegibilidades por rejeição de contas ou cassação de mandato, afastamentos por doenças ou morte, abandono para disputar outros cargos ou uma opção estratégica por antecipar derrotas eleitorais. Chama a atenção o fato desta alta taxa de desistência coincidir exatamente com a eleição que ocorreu num contexto de grande descrédito da política e que mais candidatos à reeleição foram derrotados. Ressalta-se neste ponto a necessidade de outros estudos com metodologias mais adequadas para investigar estas desistências, posto que são necessárias informações que não estão disponíveis em bancos de dados públicos.

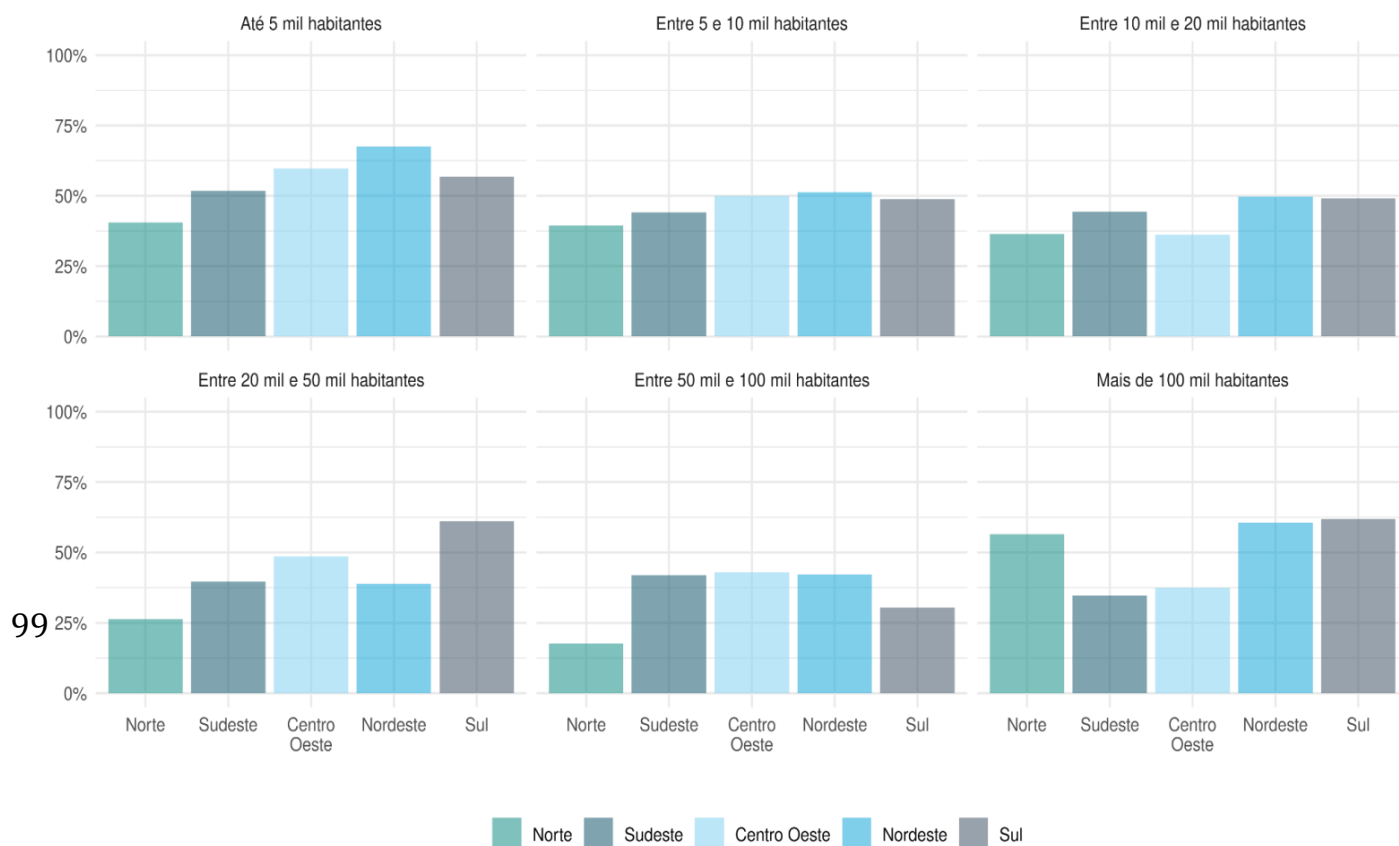
98 Em 2016, dos 2.666 prefeitos que buscaram a reeleição, 1.251 renovaram os seus mandatos, ou seja, 47% saíram bem-sucedidos. Esses resultados foram atípicos quando comparados às demais eleições. Em uma análise longitudinal, Souza *et al* (2020, p. 13) indicam que, nas eleições de 2016, os mandatários obtiveram o pior percentual de sucesso nas urnas desde a instauração do mecanismo da reeleição.

O baixo aproveitamento dos prefeitos pode estar relacionado à conjuntura em que a eleição de 2016 foi realizada. O país vivenciava uma grave crise política e econômica em âmbito nacional (AMORIM NETO, 2016, p. 49), escândalos de corrupção (GOMES e MEDEIROS, 2019), perdurava entre parte da população um discurso antipolítica (GALLEGO *et al*, 2017) e um aumento de movimentos que, em premissa, pediam a renovação política (GAZETA DO POVO, 2021).

Outro ponto interessante de análise é observar se o aproveitamento dos prefeitos variou entre os municípios. Assim, pode-se avaliar a existência ou não de um padrão de sucesso ou insucesso dos mandatários ao longo das prefeituras. O gráfico 1, apresenta o percentual de reeleitos segundo duas características municipais, o tamanho populacional e a região do país. Aparentemente, existem diferenças no aproveitamento eleitoral dos prefeitos segundo as regiões. Nos municípios maiores, as distinções entre esses são mais aparentes, sobretudo na classificação entre 20 a 50 mil, 50 a 100 mil e acima de 100 mil habitantes,

especialmente no que se refere a região Norte. Nesta região, entre a classificação de 20 a 50 mil e 50 a 100 mil habitantes, o percentual de renovação de mandato ficou abaixo dos 30%, enquanto no Centro-Oeste o sucesso dos prefeitos chegou quase a 50%.

**Gráfico 01.** Percentual de reeleitos em 2016, segundo as regiões do país e o tamanho populacional



**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE e IBGE.

Ao se analisar as taxas de reeleição por tamanho populacional, também pode-se observar que pequenos municípios tendem a reduzir as chances de sucesso eleitoral. De maneira geral, é razoável afirmar que, em 2016, foi mais fácil conquistar um segundo mandato nas prefeituras mais populosas.

Os achados contrariam diagnósticos do noticiário de que eleitores de pequenos municípios são menos propensos a punir mandatários. Ao se considerar a reeleição como um elemento institucional em que eleitores julgam seus representantes pelos resultados de seus governos, encontrar maiores taxas de reeleição nos maiores municípios contraria este senso comum. O mesmo pode ser dito acerca das regiões, posto que os municípios do Nordeste se apresentaram mais

rigorosos neste julgamento do que os do Sul em quase todas as categorias de tamanho.

Espera-se que o desempenho dos mandatários demonstrado nesta seção contribua para o fomento de mais estudos que se proponham a discutir este fenômeno político.

## 5. Fatores explicativos da reeleição de prefeitos em 2016

A presente seção investiga os fatores explicativos quanto ao desempenho daqueles que buscaram a reeleição em 2016, partindo tanto de aspectos sociodemográficos, quanto de dados relacionados à gestão da máquina municipal e das características individuais dos candidatos. Os resultados estão divididos em dois blocos.

100 No primeiro, apresenta-se o cenário, em âmbito local, do gasto em educação e saúde segundo a situação do prefeito. Pretende-se averiguar se os prefeitos eleitos, não eleitos, aqueles que não concorreram ou estavam impedidos tiveram padrões distintos nos volumes despendidos nas políticas sociais citadas. Para tal, utiliza-se o indicador de gastos municipais com educação por aluno matriculado no ensino fundamental, creches e pré-escolas e as despesas totais em saúde *per capita*. Após a descrição, o segundo momento trata dos modelos estatísticos que analisam os fatores que impactaram o desempenho eleitoral dos prefeitos.

Como apontado em trabalhos anteriores (ARRETCHE e MARQUES, 2002), existe uma aparente diferença no volume de recursos *per capita* aplicados na saúde e na educação entre as regiões do país. Nos municípios do Sudeste, Sul e Centro-Oeste gasta-se mais, enquanto que no Nordeste e Norte o gasto é menor. No que se refere ao tamanho populacional, a relação não é linear, pois tanto os municípios com até 5.000 habitantes quanto os com mais de 500.000 habitantes despendem em média maiores volumes financeiros em comparação aos demais (SOUZA *et al*, 2020).

Tanto os resultados empíricos que envolvem gastos com saúde (ARAÚJO *et al*, 2017) quanto com educação (VAZQUEZ, 2014; XAVIER *et al*, 2018) estimulam inúmeras questões. O ponto a ser ressaltado é que o financiamento das referidas políticas sociais retrata uma realidade financeira não semelhante entre elas,

situação que interfere de modo direto na provisão de dois direitos universais garantidos constitucionalmente.

Neste cenário, a análise se volta para a possível relação entre o volume de gastos despendidos e a reeleição de prefeitos. O trabalho parte de um postulado teórico que indica a educação e a saúde como dois tipos de gastos públicos nos quais os mandatários locais possuem um certo grau de discricionariedade, e detém, mesmo com percentuais constitucionais mínimos de aplicação<sup>9</sup>, uma liberdade de decidir os valores empenhados nas políticas.

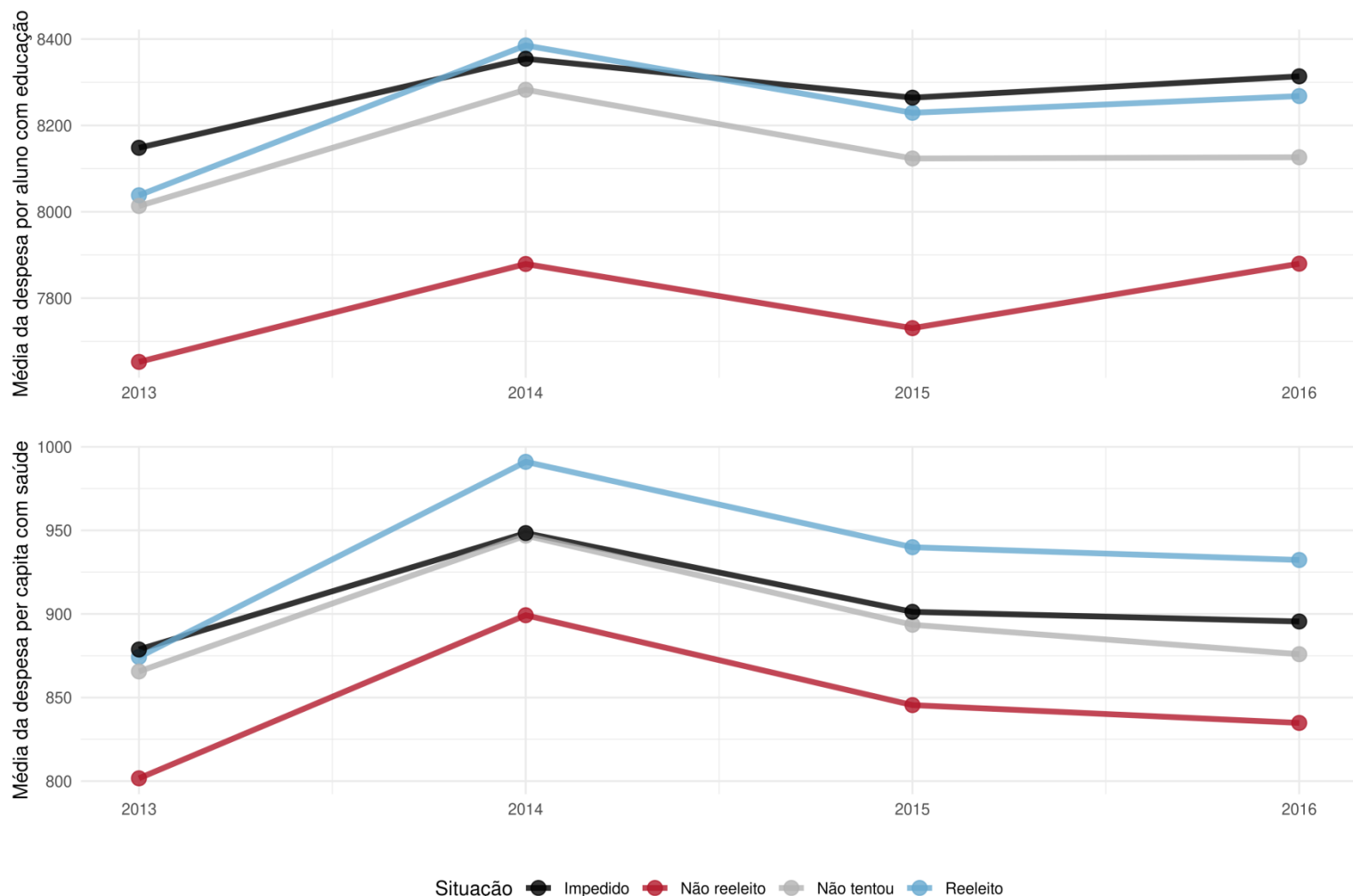
O ponto é investigar a relação existente entre a situação que o prefeito eleito em 2012 se encontra no pleito em 2016 com os valores pagos em educação e em saúde. Será que há alguma relação neste sentido? Por exemplo, ao longo do ciclo eleitoral encerrado, prefeitos que foram reeleitos em 2016 gastaram mais comparado aos que não foram? Essas são as questões que norteiam as interpretações dos gráficos a seguir.

---

<sup>9</sup> Nesses dois casos foram definidos constitucionalmente percentuais mínimos de aplicação financeira nas referidas políticas, as prefeituras são obrigadas a aplicar 25 % de suas receitas próprias na educação e 15 % na saúde (VAZQUEZ, 2014).



**Gráfico 2.** Gastos municipais em educação por aluno matriculado no ensino fundamental, creches e pré-escolas e em saúde *per capita*, pela situação do prefeito eleito durante o ciclo eleitoral 2012-2016.



**Fonte:** Tesouro Nacional, INEP e Data-SUS. Elaboração dos autores. Os valores foram deflacionados segundo o IPCA/IBGE, tendo como base primeiro de janeiro de 2021.

Os gráficos acima indicam que, em termos descritivos, existe uma diferença no empenho financeiro dos prefeitos segundo sua situação. É notória a relação entre gastar, em média, mais em educação e em saúde e ser reeleito; o inverso também aparentemente é verdadeiro. Dentro das quatro possibilidades existentes, os prefeitos eleitos em 2012 que tentaram a reeleição em 2016 e foram bem-sucedidos, gastaram, em média, mais com saúde e educação em comparação com os que não conseguiram a reeleição.

Este é um ponto importante para sublinhar, pois a relação entre gastos e possibilidade de reeleição é uma das principais perguntas deste trabalho, qual seja, identificar os efeitos dos gastos em políticas sociais sobre o desempenho eleitoral dos candidatos que buscam renovar seus mandatos. Foram encontrados elementos

na descrição bivariada longitudinal que corroboram a hipótese de que os eleitores recompensam eleitoralmente os governantes que mais gastam em políticas de bem-estar social. Estes achados vão ao encontro da literatura que investiga a importância dos ciclos econômicos sobre os resultados políticos daqueles que já ocupam um cargo no executivo (KLEIN, 2010, p. 284; NORDHAUS, 1975). Os gastos sociais nos municípios entrarão nos modelos econométricos mais adiante para testar as relações entre as variáveis em um contexto multivariado.

Sabe-se que para aferir a relação de causalidade é necessário ponderar e analisar simultaneamente os efeitos de mais de uma variável sobre aquilo que se pretende explicar, neste caso, a reeleição. Por isso, este trabalho concentra esforços para compreender quais são, de fato, os fatores políticos/sociodemográficos, individuais e de gestão que explicam melhor as chances de reeleição dos prefeitos. Destarte, utilizou-se o modelo de regressão logística da família binomial. A seguir, apresenta-se a interpretação dos resultados.

**Tabela 2.** Modelos explicativos da reeleição de prefeitos em 2016

<i>Predictors</i>	<b>Modelo 1</b>			<b>Modelo 2</b>			<b>Modelo 3</b>		
	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>	<i>Odds Ratios</i>	<i>CI</i>	<i>p</i>
(Intercept)	12.43	4.39 – 35.65	<b>&lt;0.001</b>	11.74	3.93 – 35.47	<b>&lt;0.001</b>	8.33	2.08 – 33.80	<b>0.003</b>
Log da população	0.82	0.75 – 0.90	<b>&lt;0.001</b>	0.82	0.74 – 0.90	<b>&lt;0.001</b>	0.86	0.76 – 0.97	<b>0.019</b>
PIB per capita 2016	1.00	1.00 – 1.00	0.993	1.00	1.00 – 1.00	0.995	1.00	1.00 – 1.00	0.362
IDHM Escolaridade	2.10	0.61 – 7.21	0.237	1.77	0.51 – 6.15	0.370	1.69	0.40 – 7.13	0.477
Sul	1.20	0.83 – 1.75	0.325	1.21	0.83 – 1.77	0.314	0.97	0.63 – 1.49	0.891
Centro Oeste	1.14	0.75 – 1.72	0.539	1.14	0.75 – 1.73	0.530	0.88	0.54 – 1.44	0.612
Sudeste	1.01	0.71 – 1.43	0.965	1.01	0.71 – 1.44	0.954	0.87	0.58 – 1.30	0.488
Nordeste	1.51	1.10 – 2.09	<b>0.011</b>	1.57	1.14 – 2.18	<b>0.006</b>	1.37	0.94 – 2.01	0.107
Metropolitana	1.27	1.04 – 1.55	<b>0.018</b>	1.27	1.04 – 1.56	<b>0.018</b>	1.17	0.94 – 1.46	0.162
Competição Eleitoral	0.46	0.38 – 0.54	<b>&lt;0.001</b>	0.47	0.39 – 0.55	<b>&lt;0.001</b>	0.46	0.38 – 0.55	<b>&lt;0.001</b>
Média % de recursos próprios (2013-2016)	1.04	1.02 – 1.06	<b>&lt;0.001</b>	1.04	1.02 – 1.06	<b>&lt;0.001</b>	1.04	1.02 – 1.06	<b>0.001</b>
Mulher				0.79	0.61 – 1.01	0.060	0.80	0.61 – 1.06	0.119
Ensino Superior				1.19	1.01 – 1.41	<b>0.039</b>	1.15	0.96 – 1.39	0.126
PMDB				1.18	0.88 – 1.59	0.265	1.12	0.80 – 1.55	0.518
DEM				1.14	0.75 – 1.75	0.543	1.01	0.63 – 1.62	0.982
PDT				0.93	0.61 – 1.41	0.725	0.81	0.50 – 1.29	0.373
PP				1.24	0.85 – 1.82	0.262	1.26	0.83 – 1.91	0.287
PT				0.89	0.64 – 1.24	0.493	0.82	0.57 – 1.18	0.288
PR				1.25	0.81 – 1.92	0.318	1.08	0.67 – 1.75	0.759
PTB				1.23	0.82 – 1.85	0.326	1.02	0.64 – 1.61	0.940
PSDB				1.34	0.98 – 1.84	0.071	1.21	0.85 – 1.72	0.298
PSD				0.97	0.67 – 1.39	0.856	0.91	0.61 – 1.35	0.631
PSB				1.16	0.82 – 1.65	0.413	1.17	0.79 – 1.72	0.431
Média da despesa total em saúde (2013-2016)							1.00	1.00 – 1.00	0.052
Média da despesa em educação por aluno (2013-2016)							1.00	1.00 – 1.00	0.645
Variação % vínculos empregaticios (2013-2016)							1.00	1.00 – 1.00	0.842
Observations	2631			2631			2137		
R <sup>2</sup> Tjur	0.060			0.066			0.062		

**Fonte:** TSE, Tesouro Nacional, INEP, IPEA e IBGE. Elaboração dos autores.

Ao todo, foram construídos três modelos econométricos logísticos binários. O modelo 1 contém apenas variáveis sociodemográficas e a variável política relacionada ao município, são elas o logaritmo da população, as regiões, o IDHM na dimensão da escolaridade, se a prefeitura está localizada em uma região metropolitana, o PIB *per capita* em 2016, a capacidade de arrecadação própria municipal e o nível de competição eleitoral local. O modelo 2 incrementa o modelo 1 com as características individuais do candidato: o sexo, a escolaridade e o partido político. Por fim, o modelo 3 inclui a dimensão da gestão municipal ao inserir as despesas em saúde e em educação, assim uma variável da dimensão econômica relativa ao percentual de indivíduos empregados com carteira assinada.

Os aspectos sociodemográficos e políticos das prefeituras apresentaram uma considerável influência no desempenho eleitoral dos prefeitos. O porte populacional, a região, o fato de pertencer a uma região metropolitana, influenciaram, com significância estatística, as chances de reeleição. O tamanho da população (log da população) e a competição eleitoral (NEP prefeitos) foram fatores que afetaram de forma negativa o desempenho dos candidatos. Nos três modelos, tanto o número de habitantes quanto o nível de competição entre os candidatos dificultaram as chances daqueles que tentaram seguir com o mandato. Ou seja, quanto maior o município e mais competitivo, menores as chances dos candidatos à reeleição obterem sucesso.

105

Cabe aqui retomar a discussão sobre a relação entre tamanho populacional e capacidade de punição eleitoral. Nos modelos multivariados prevaleceu a concepção de que há menor propensão à punição dos mandatários pelos eleitores em pequenos municípios, o que contraria os achados da análise bivariada inicial realizada neste trabalho. Este fenômeno pode ter duas explicações, a saber, uma colisão de variáveis independentes nos modelos multivariados ou um viés de variável omitida na relação bivariada. Como não foram encontradas covariações significativas nas variáveis independentes por meio dos testes de VIF (fator de inflação de variância), pode-se supor que os modelos multivariados são mais adequados e a provável causa é uma omissão de variável na relação bivariada.

Pertencer a uma região metropolitana afeta positivamente o desempenho no modelo 1 e 2<sup>10</sup>, essa variável foi fator significativo na disputa. Sobre as regiões, administrar um município no Nordeste interfere também positivamente na probabilidade daqueles que almejavam o prosseguimento no mandato, de modo que a variável obteve relevância no modelo 1 e 2.

Na discussão sobre os aspectos positivos para a renovação do mandato, a questão mais importante, neste sentido, é a capacidade de arrecadação municipal da prefeitura. O desempenho eleitoral dos mandatários é melhor nos municípios com maiores capacidades de arrecadação própria. Duas variáveis não obtiveram significância estatística: o IDHM na dimensão da escolaridade e o PIB *per capita* em 2016.

---

<sup>10</sup> O *p-valor* de 0.018 e 0.018, respectivamente.

Na dimensão relacionada aos aspectos individuais, três fatores influenciaram o resultado obtido pelos prefeitos. Com peso estatístico menor comparado às variáveis sociodemográficas, pertencer ao PSDB, o fato de ser um candidato do sexo feminino e possuir o ensino superior influenciam as chances de renovação do mandato. No modelo 2, as prefeitas candidatas possuíram mais dificuldade para obter um desempenho favorável<sup>11</sup>. No mesmo modelo, os candidatos à reeleição que detinham o ensino superior tiveram maiores chances de sucesso comparado ao demais<sup>12</sup>. Com exceção do PSDB, outros partidos políticos não obtiveram significância estatística.

Outra questão que merece destaque é o peso dos gastos em políticas sociais sobre os resultados eleitorais obtidos pelos candidatos à reeleição. O modelo 3 mostra um cenário no qual o gasto em saúde obtém impacto positivo sobre o desempenho dos candidatos<sup>13</sup>, ou seja, gastar mais nesta área, aparentemente, trouxe um relativo benefício político aos mandatários locais. As despesas em educação e a variação percentual do vínculo empregatício, por outro lado, não obtiveram significância estatística.

106

Os achados relacionam-se com o debate teórico ligado à identificação de qual é a liberdade de atuação dos governantes locais para intervir a partir de suas convicções em uma política pública. Em decorrência do modelo indutor adotado no país, esse grau varia de acordo com a política em discussão, de modo que quanto maior for esse peso, menor é a liberdade de atuação dos prefeitos. Cavalcante (2012, p. 84) apontou este fato quando afirmou que o grau de liberdade para o prefeito atuar é diferente de acordo com a política em questão, sobretudo em sua capacidade de intervenção financeira nessas políticas. O autor apresenta as políticas de saúde e educação como exemplo em que foram definidos constitucionalmente percentuais mínimos de aplicação financeira nas referidas políticas (25% e 15%, respectivamente na educação e saúde). A definição de pisos financeiros não impede o gestor de ir além e aplicar volumes maiores do que é estabelecido constitucionalmente. Esse "ir além" é o grau de liberdade decisória do prefeito. Contudo, no caso da educação, o grau de liberdade financeira é menor, enquanto na

---

<sup>11</sup> Com o P valor de 0.060.

<sup>12</sup> Com P valor de 0.039.

<sup>13</sup> Com P valor de 0.052.

saúde o tamanho da discricionariedade do gestor local é maior (CAVALCANTE, 2012, p. 84).

Assim, na área da saúde foi onde se verificou maior impacto dos esforços governamentais sobre as chances de reeleição. Exatamente a política pública na qual o prefeito tem maior capacidade de impor a sua visão de mundo em suas estratégias financeiras.

## 6. Conclusão

Este artigo investigou a reeleição de prefeitos nos municípios brasileiros nas eleições de 2016. Pretendeu-se responder a seguinte pergunta: quais são os fatores que impactaram as chances de reeleição dos mandatários locais? Buscou-se responder à pergunta a partir da análise da realidade municipal, da atuação administrativa e das características individuais dos candidatos que tentaram permanecer no poder.

107 O desempenho eleitoral dos prefeitos nas eleições de 2016 foi atípico em comparação com as demais. Menos da metade daqueles que tentaram seguir em um novo mandato tiveram sucesso. As referidas eleições foram marcadas também pela baixa adesão dos mandatários ao instituto da reeleição, visto que 63% optaram por participar em uma nova disputa consecutiva, menor percentual em comparação com as demais eleições.

Os resultados obtidos pelos modelos indicam que embora atributos individuais tenham algum peso, os aspectos que mais impactaram a probabilidade de reeleição dos prefeitos foram as características dos municípios. Os aspectos que influenciaram fortemente o desempenho foram a capacidade de obtenção de recursos próprios<sup>14</sup>, o nível de competição eleitoral<sup>15</sup> e o tamanho populacional<sup>16</sup> do município.

No que se refere aos atributos individuais dos candidatos, o sexo é estatisticamente significativo e negativo para as mulheres no modelo 2, mas perde significância ao serem inseridas as variáveis de gestão (gastos em políticas sociais)

---

<sup>14</sup> O anexo 5 apresenta a probabilidade predita de reeleição de acordo com a capacidade de recursos próprios.

<sup>15</sup> O anexo 3 apresenta a probabilidade predita de reeleição de acordo com a competição eleitoral.

<sup>16</sup> O anexo 4 apresenta a probabilidade predita de reeleição de acordo com o Log da população.

no modelo 3. Este fato aponta para que as desvantagens eleitorais das mulheres podem ser mitigadas com maiores gastos sociais, por exemplo.

Um ponto instigante é a relação entre a recompensa e a punição dos mandatários segundo a gestão financeira nas duas principais áreas de políticas sociais: a educação e a saúde. Neste artigo não foram encontrados efeitos estatisticamente significantes entre gastos com educação e chances de reeleição. O direito universal à educação é implementado pelos três entes federados, em um arranjo institucional no qual cabe aos municípios a responsabilidade sobre a educação básica, aos estados a responsabilidade pelo ensino médio, e à União a administração do ensino superior. Como consequência política, a capacidade de responsabilizar prefeitos por ações nesse campo é difusa.

108 No sentido oposto, os modelos econométricos mostraram que há recompensas eleitorais aos mandatários oriundas dos gastos com saúde: quanto mais se gasta, maiores são as chances de se reeleger. A implementação das políticas sociais na área da saúde é de responsabilidade dos municípios, sobretudo, nas dimensões da atenção básica e dos serviços de média e alta complexidade. Embora também tenha participação financeira de outros entes, a capacidade dos cidadãos em responsabilizar os prefeitos é maior na área da saúde do que na área da educação.

Estes achados empíricos apontam para as possíveis consequências das propostas de reformas constitucionais que visam desregulamentar os pisos de gastos das políticas sociais, posto que os eleitores atribuem a elas distintos graus de responsabilização. Novos desenhos de pesquisas que privilegiam o aprofundamento dos mecanismos causais na relação entre comportamento dos mandatários durante o governo e a capacidade de responsabilização eleitoral certamente contribuirão para lançar luz sobre o fenômeno.

## 7. Referências

AFONSO, J. R. R.; ARAÚJO, É. A. A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível. **Caderno de Finanças Públicas**, p. 35–55.

ALKMIM, A. C. **O eterno retorno: eleições municipais para presidente no Brasil (1989-2014) Demografia, sociedade, economia e geografia**. Letra Capital Editora LTDA, p. 1–161, 2018.

AMORIM NETO, O. A crise política brasileira de 2015-2016: diagnóstico, sequelas e profilaxia. **Relações Internacionais**, v. 52, p. 43–54, 2016.

ARAÚJO, C. E. L.; GONÇALVES, G. Q.; MACHADO, J. A. Os municípios brasileiros e os gastos próprios com saúde: algumas associações. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 953–963, 2017.

ARAUJO JÚNIOR, A. F. DE; PIRES, T. S. A vantagem do incumbente nas eleições municipais e estaduais brasileiras: um estudo de 2000 a 2018. **Revista do Serviço Público**, v. 71, p. 69–91, 2020.

ARRETCHE, M.; MARQUES, E. Municipalização da saúde no Brasil: diferenças regionais, poder do voto e estratégias de governo. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, 2002.

BALTAZAR, S. G. F.; RAMOS, F. S. Prefeitos em segundo mandato são mais propensos a comportamentos ilícitos? Uma análise para os municípios brasileiros-2009-2012. **48º Encontro Nacional de Economia**, 2020.

BARRETO, A. A. DE B. Reelection para o executivo municipal no Brasil (2000-2008). **Revista Debates**, v. 3, n. 2, p. 97, 2009.

BARRETO, A. A. DE B. Cabeça e corpo: incumbent versus partido nas eleições municipais brasileiras (2000-2012). **9 Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, v. 9, 2014.

109

BATISTA, M. Incentivos da dinâmica política sobre a corrupção: reeleição, competitividade e coalizões nos municípios brasileiros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, p. 87–106, 2013.

BRAMBOR, T.; CENEVIVA, R. Reelection e continuísmo nos municípios brasileiros. **Novos estudos CEBRAP**, n. 93, p. 9–21, 2012.

CAVALCANTE, P. Vale a pena ser um bom prefeito? Comportamento eleitoral e reeleição no Brasil. **Opinião Pública**, v. 21, n. 1, p. 87–104, 2015.

CAVALCANTE, P. Desempenho fiscal e eleições no Brasil: uma análise comparada dos governos municipais. **Revista de Administração Pública**, v. 50, n. 2, p. 307–330, 2016.

DA SILVA CONCEIÇÃO, B. Sistema eleitoral e reeleição nas eleições municipais de 2012 para o executivo no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 6, n. 1, 2015.

DE ARAUJO JUNIOR, A. F.; CANÇADO, P.; SHIKIDA, C. D. Economics and politics: o que determina as chances de reeleição em municípios? O caso das eleições municipais de Minas Gerais-2000. **Informe Gepec**, v. 9, n. 2, p. 1–22, 2005.

DE FIGUEIREDO SILVA, F.; BRAGA, M. J. Determinantes da Reelection Municipal da



Bahia para o Período de 2000 a 2008. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 40, 2013.

DE MAGALHAES, L. M. Incumbency effects in Brazilian mayoral elections: a regression discontinuity design. **Centre for Market and Public Organisation**, 2012.

DELIBERADOR, G. S.; KOMATA, N. B. Reelection nas eleições municipais de 2008. Comportamento eleitoral. **Barueri: Manole**, p. 63–90, 2010.

FERNANDES, I. F. DE A. L.; FERNANDES, G. A. DE A. L. A importância do crescimento econômico local na escolha do chefe do Executivo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 51, p. 653–688, 2017.

FERRAZ, C.; FINAN, F. Electoral accountability and corruption in local governments: evidence from audit reports. **IZA Discussion Papers**, 2007.

GALLEGO, E. S.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. Guerras culturais e populismo antipetista nas manifestações por apoio à Operação Lava Jato e contra a reforma de previdência. **Debate, Belo Horizonte**, v. 9, n. 2, p. 35–45, 2017.

Gazeta do Povo. Quais são os planos dos movimentos de renovação política para as eleições de 2022, **Gazeta do Povo**, Brasília, 18 março de 2021. Disponível em: <[gazetadopovo.com.br/república/movimentos-de-renovacao-politica-planos-para-eleicoes-de-2022/](http://gazetadopovo.com.br/república/movimentos-de-renovacao-politica-planos-para-eleicoes-de-2022/)>. Acesso em: 24 de julho de 2021.

- 110 GOMES, T. G.; MEDEIROS, C. R. DE O. Construindo e desconstruindo escândalos de corrupção: a operação Lava-Jato nas interpretações da Veja e Carta Capital. **Organizações & Sociedade**, v. 26, p. 457–485, 2019.

KLAŠNJA, M.; TITIUNIK, R. The incumbency curse: Weak parties, term limits, and unfulfilled accountability. **American Political Science Review**, v. 111, n. 1, p. 129–148, 2017.

KLEIN, F. A. Reelection incentives and political budget cycle: evidence from Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 44, n. 2, p. 283–337, 2010.

MANIN, B; PRZEWORSKI, A; STOKES, Susan C. Eleições e representação. **Lua Nova: revista de cultura e política**, p. 105-138, 2006.

MARCINIUK, F. L.; BUGARIN, M. S. A influência da reeleição nas políticas fiscais subnacionais. **Revista Brasileira de Economia**, v. 73, p. 181–210, 2019.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. Reelection sob informação imperfeita: evidências para os municípios brasileiros. **Textos para discussão do Departamento de Economia/UnB**, p. 313, 2004a.

MENDES, M.; ROCHA, C. A. A. O que reelege um prefeito? **Senado. Textos para discussão**, v. 4, 2004b.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S. Reelection e política fiscal: um estudo dos efeitos

da reeleição nos gastos públicos. **Economia aplicada**, v. 5, n. 3, p. 601–622, 2001.

MENEGUIN, F. B.; BUGARIN, M. S.; CARVALHO, A. X. Y. DE. O que leva um governante à reeleição? **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Textos para discussão**, v. 1135, 2005.

MOREIRA, M. G. R. Are Incumbents Advantaged? Evidence from Brazilian Municipalities using a Quasi-Experimental Approach. **34<sup>o</sup> Meeting of the Brazilian Econometric Society**, v. 34, 2012.

NOVAES, L. M.; SCHIUMERINI, L. E. **Exogenous commodity shocks and the electoral returns to office: Evidence from brazil**. Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago. **Anais**, 2015.

NORDHAUS, William D. The political business cycle. **The review of economic studies**, v. 42, n. 2, p. 169-190, 1975.

OLIVEIRA, A.; SANTOS, R. Boas administrações elegem candidatos? Uma análise do comportamento dos eleitores em sete capitais brasileiras nas eleições de 2008. **Revista Debates**, v. 3, n. 2, p. 116, 2009.

CAVALCANTE, P. L. C. **A Política faz a diferença? Uma análise comparada dos determinantes políticos do desempenho dos governos municipais no Brasil**. 2012. 230 p. Tese (Doutorado em Ciência Política)- Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

111

PEREIRA, C.; MELO, M. A. Reelection corrupt incumbents in exchange for public goods: Rouba mas faz in Brazil. **Latin American Research Review**, p. 88–115, 2015.

SAKURAI, S. N. Testando a hipótese de ciclos eleitorais racionais nas eleições dos municípios paulistas. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 35, p. 297–315, 2005.

SAKURAI, S. N.; MENEZES FILHO, N. A. Política fiscal e reeleição nos municípios brasileiros: uma análise via dados em painel para o período 1988-2000. **Encontro Nacional de Economia**, v. 35, 2007.

SOUZA, C. Governos locais e gestão de políticas sociais universais. **São Paulo em perspectiva**, v. 18, n. 2, p. 27–41, 2004.

SOUZA, R. B. DE et al. Reeleição de prefeitos: uma análise das eleições de 2004, 2008, 2012 e 2016 para os executivos municipais do Brasil. **O 12<sup>o</sup> Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)**, v. 12, p. 1–27, 2020.

TITIUNIK, R. Incumbency advantage in Brazil: Evidence from municipal mayor elections. **University of California-Berkeley, Mimeo**, 2009.

VAZQUEZ, D. A. Mecanismos institucionais de regulação federal e seus resultados nas políticas de educação e saúde. **Dados**, v. 57, n. 4, p. 969–1005, 2014.

VEIGA, L. F.; SANTOS, S. A. DOS; NEVES, D. S. Como a avaliação do governo local, a imagem dos candidatos e a configuração da disputa influenciam na reeleição do prefeito: Evidências de oito capitais no Brasil, 2008. **World Association for Public Opinion Research**, p. 1–30, 2011.

XAVIER, A. B. S.; DE MORAES PEIXOTO, V.; LINHARES, M. R. Financiamento Público e Qualidade da Educação: uma análise do gasto municipal em educação e do índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB). **CSONline (Revista Eletrônica de Ciências Sociais)**, n. 28, 2018.

## 8. Anexos

### **Anexo 01.** Amostra de municípios analisados, segundo as regiões

Região	Número de Municípios	Percentual da população
Centro-Oeste	231	8.6
Nordeste	888	33.3
Norte	234	8.7
Sudeste	790	29.6
Sul	523	19.6

**Fonte:**

Elaboração dos autores. TSE e IBGE.

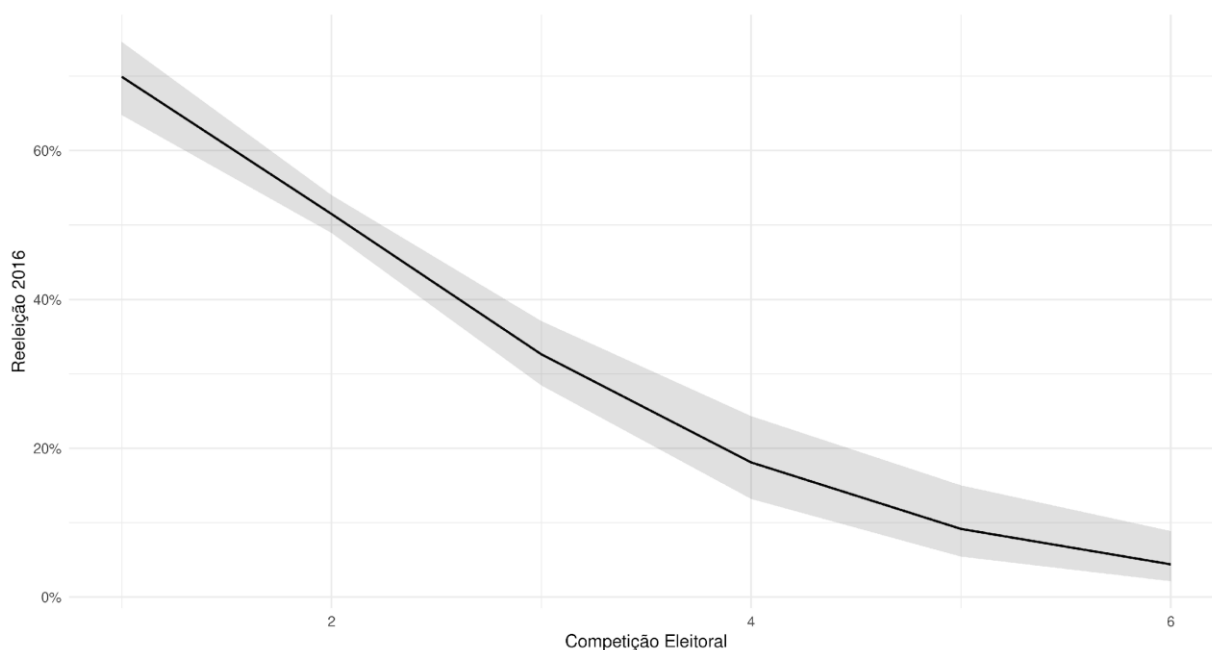
112

### **Anexo 02.** Amostra de municípios analisados, segundo faixas populacionais baseada na estimativa populacional de 2016

Faixas populacionais	Número de Municípios	Percentual da população
até 5 mil habitantes	588	22.0
Entre 5 e 10 mil habitantes	644	24.1
entre 10 e 20 mil habitantes	526	20.0
entre 20 e 50 mil habitantes	547	20.5
entre 50 e 100 mil habitantes	180	6.7
Mais de 100 mil habitantes	155	5.8

**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE e IBGE.

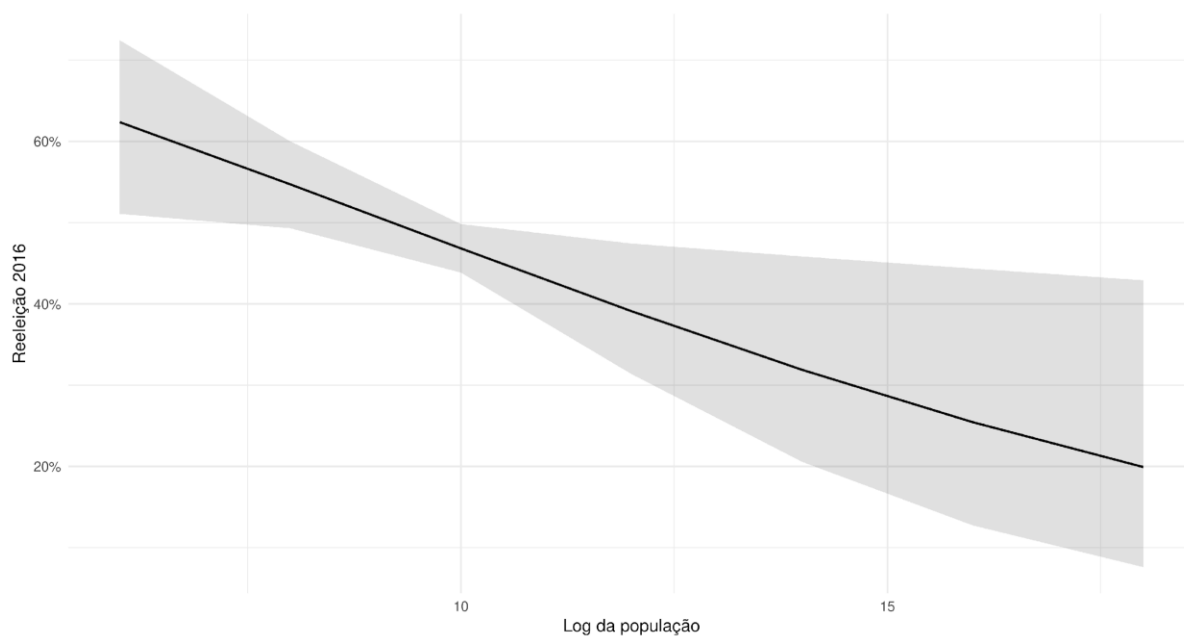
**Anexo 03.** Probabilidade predita entre a reeleição em 2016 e a competição eleitoral entre prefeito nas eleições no mesmo ano de acordo com o modelo 3



**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE.

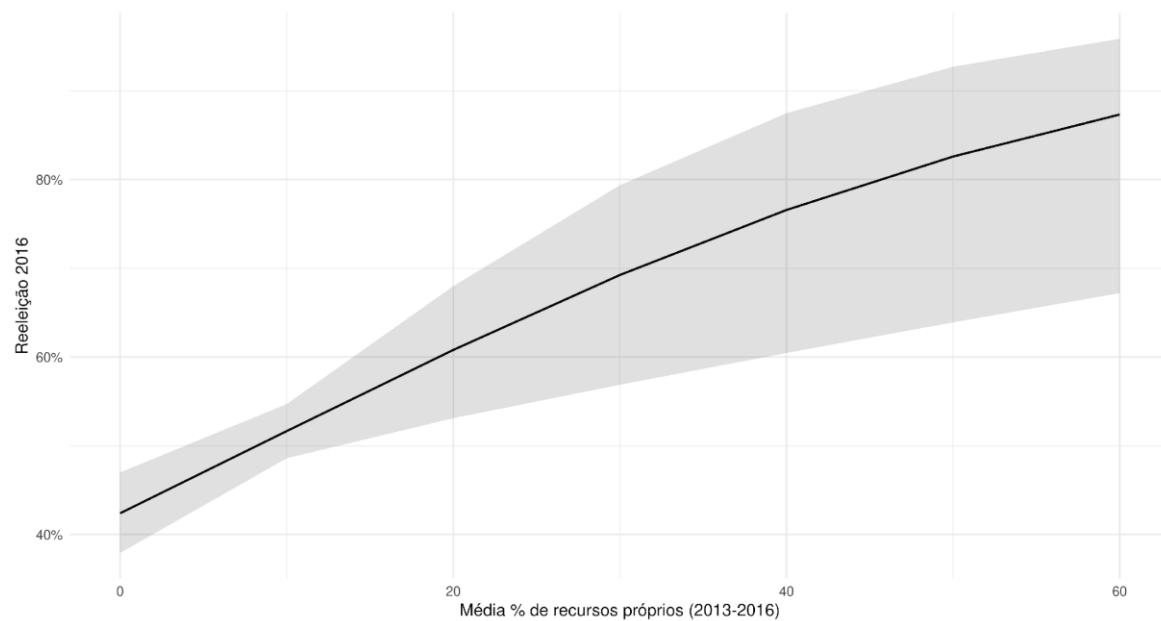
**Anexo 04.** Probabilidade predita entre a reeleição em 2016 e o log da população estimada em 2016 de acordo com o modelo 3

113



**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE e IBGE.


























**Anexo 05.** Probabilidade predita entre a reeleição em 2016 e o percentual médio de arrecadação própria (2013-2016) de acordo com o modelo 3



**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE e DATA-SUS.

## Anexo 06. Resumo das variáveis Independentes

Resumos das variáveis independentes dos modelos

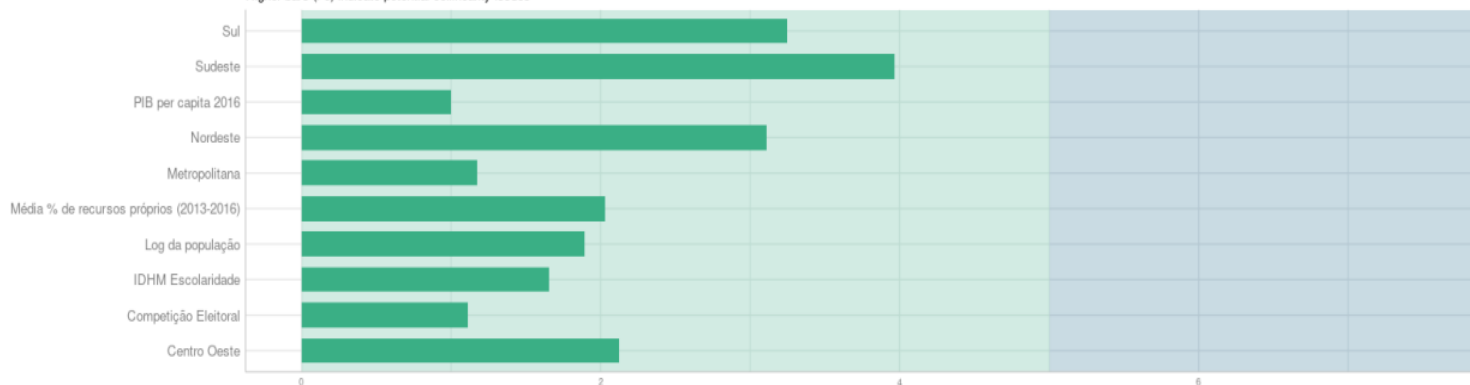
	Mean	SD	Min	Median	Max	
Log da população	9.5	1.2	6.7	9.4	16.3	
PIB per capita 2016	26904.8	25084.7	5675.7	20775.9	452256.4	
IDHM Escolaridade	0.6	0.1	0.2	0.6	0.8	
Sul	0.2	0.4	0.0	0.0	1.0	
Centro Oeste	0.1	0.3	0.0	0.0	1.0	
Sudeste	0.3	0.5	0.0	0.0	1.0	
Nordeste	0.3	0.5	0.0	0.0	1.0	
Metropolitana	0.3	0.4	0.0	0.0	1.0	
Competição Eleitoral	2.2	0.6	1.0	2.0	6.6	
Média % de recursos próprios (2013-2016)	6.9	6.5	0.3	4.5	55.0	
Mulher	0.1	0.3	0.0	0.0	1.0	
Ensino Superior	0.5	0.5	0.0	0.0	1.0	
PMDB	0.2	0.4	0.0	0.0	1.0	
DEM	0.1	0.2	0.0	0.0	1.0	
PDT	0.1	0.2	0.0	0.0	1.0	
PP	0.1	0.3	0.0	0.0	1.0	
PT	0.1	0.3	0.0	0.0	1.0	
PR	0.1	0.2	0.0	0.0	1.0	
PTB	0.1	0.2	0.0	0.0	1.0	
PSDB	0.1	0.3	0.0	0.0	1.0	
PSD	0.1	0.2	0.0	0.0	1.0	
PSB	0.1	0.3	0.0	0.0	1.0	
Média da despesa total em saúde (2013-2016)	906.0	397.9	261.1	806.2	5122.1	
Média da despesa em educação por aluno (2013-2016)	8211.9	3429.7	3059.2	7481.9	52271.1	
Variação % vínculos empregaticios (2013-2016)	3.1	150.8	-97.9	-3.6	8666.7	

**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE, IBGE e DATA-SUS.

## Anexo 07. Fator de inflação de variâncias para os três modelos econométricos

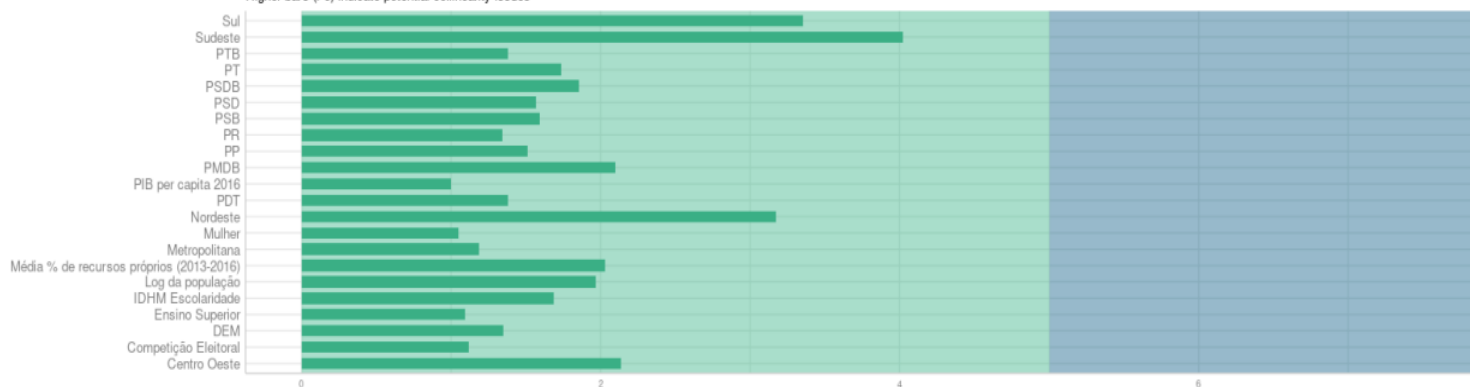
**Modelo 1**

Higher bars (>5) indicate potential collinearity issues



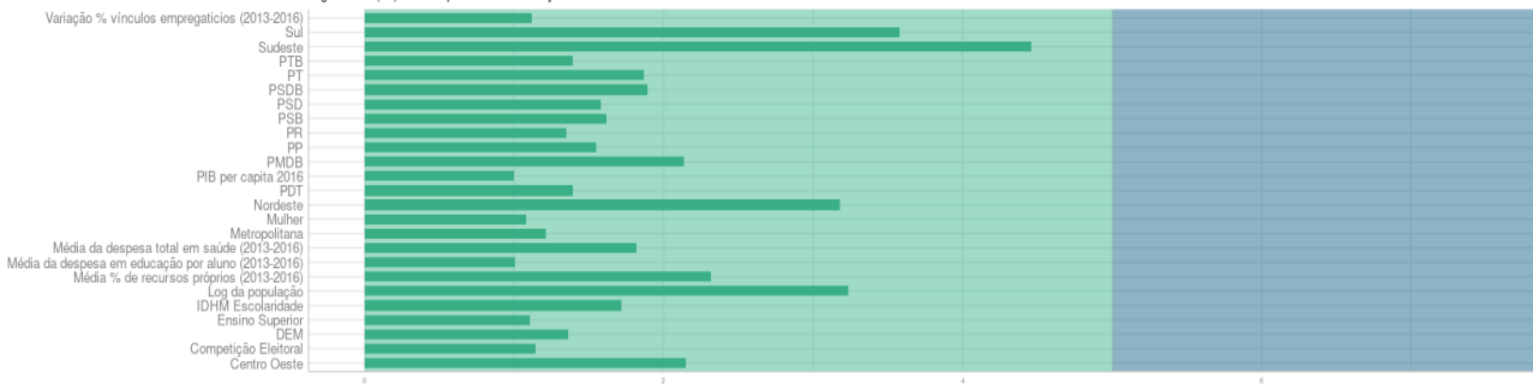
**Modelo 2**

Higher bars (>5) indicate potential collinearity issues



**Modelo 3**

Higher bars (>5) indicate potential collinearity issues



low (< 5) moderate (< 10) high (>= 10)

**Fonte:** Elaboração dos autores. TSE, IBGE e DATA-SUS.

**An analysis of the determinants of the re-election of mayors in brazilian municipalities in 2016**

Vitor de Moraes Peixoto  
João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal  
Renato Barreto de Souza  
Matheus Virginio Harduim Machado

**Abstract:** The paper analyzes the reelection of mayors in Brazil. Its main goal is to understand the determinants of the electoral result of those who sought reelection in 2016. The phenomenon is explored from three analytical dimensions: (1) administrative performance aspects; (2) municipal context (political, economic and demographic); and (3) individual characteristics of candidates for reelection. To investigate the multivariable effect of the three dimensions (the independent variables) on the mayors' 2016 reelection (the dependent variable), one applied a binomial logistic regression technique. The results indicate that the aspects that most impact the chances of reelection are those related to the political and sociodemographic dimensions of the municipality.

**Keywords:** Municipality elections; Reelection; Electoral Competition; Public Policy.

**Análisis de los determinantes de la reelección de alcaldes en municipios brasileños en 2016**

Vitor de Moraes Peixoto  
João Gabriel Ribeiro Pessanha Leal  
Renato Barreto de Souza  
Matheus Virginio Harduim Machado

**Resumo:** El artículo analiza la reelección de alcaldes en Brasil, y su principal objetivo es comprender los determinantes del resultado electoral de quienes aspiraron a la reelección en 2016. El fenómeno se explora desde tres dimensiones analíticas, buscando comprender los aspectos del desempeño administrativo, la realidad municipal (política, económica y demográfica) y las características individuales de los alcaldes. Para investigar el efecto multivariado de los tres grupos (las variables independientes) sobre la reelección de alcaldes en 2016 (la variable dependiente) se optó por la técnica de regresión logística binomial familiar. Los resultados indican que si bien determinadas características individuales y gerenciales del alcalde ejercen alguna influencia en su desempeño, los aspectos que más impactan en las posibilidades de reelección son los relacionados con la dimensión política y sociodemográfica del municipio.

**Palavras-chave:** Eleições Municipais; Reeleição; Competição Eleitoral; Políticas Públicas.

Recebido em 4 de agosto de 2021  
Aprovado em 12 de novembro de 2021